

## ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM TUTORIAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

MAYARA OLIVEIRA AVILA<sup>1</sup>

LIANA BARCELOS PORTO<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [maay.oliveira@hotmail.com](mailto:maay.oliveira@hotmail.com)*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [lianabarcelosporto@gmail.com](mailto:lianabarcelosporto@gmail.com)*

### 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior tem avançado nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas e pela mobilização social em torno do direito à educação para todos. Afinal, o direito de acesso a uma educação de qualidade constitui-se em direito fundamental, sendo condição indispensável à promoção da dignidade humana (AMORIM; SARDINHA 2021). Tal direito está assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania. Em consonância com a Constituição, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) regulamenta esse direito, determinando em seus artigos 27 e seguintes que instituições de ensino, públicas e privadas, adotem práticas inclusivas, promovendo acessibilidade, fornecendo recursos de apoio e garantindo a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico, de modo a assegurar igualdade de oportunidades e eliminar barreiras que impeçam seu acesso e permanência na educação superior.

No entanto, para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos com deficiência, é preciso adotar práticas que objetivem a eliminação dessas barreiras. As dificuldades enfrentadas no âmbito universitário, interligam-se a diversos fatores, como barreiras pedagógicas, estruturais, comunicacionais e atitudinais, e continuam a dificultar o pleno aproveitamento das experiências universitárias por parte dessa população (SASSAKI, 2005).

Nesse contexto, as tutorias acadêmicas idealizadas pela COACE - Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão, que contam com 40 tutores e atendem 366 estudantes com deficiência, possuem grande relevância. Essas ações reforçam o compromisso institucional com a equidade e a democratização do conhecimento no ensino superior. Tais tutorias, são desenvolvidas por meio de encontros regulares e sistemáticos entre tutores e estudantes, surgindo como uma estratégia potentes de apoio pedagógico e emocional. Esses espaços de acompanhamento individualizado não apenas colaboram para o desenvolvimento acadêmico do estudante atendido, mas também constituem oportunidades de aprendizado e crescimento para os próprios tutores, que são desafiados a repensar práticas, exercitar a empatia e desenvolver uma postura mais crítica e inclusiva em relação à diversidade.

A presente pesquisa tem como objetivo relatar a experiência vivenciada em tutorias acadêmicas com estudantes com deficiência no ensino superior, destacando os impactos dessa prática tanto para os estudantes acompanhados

quanto para os tutores envolvidos. Além disso, busca-se compreender de que forma a acessibilidade atitudinal — compreendida como a superação de barreiras comportamentais, preconceitos e estigmas — atua como elemento central na promoção da permanência desses estudantes e na construção de uma cultura universitária mais inclusiva (SASSAKI, 2005).

Justifica-se a investigação pelo contexto atual de transição das universidades rumo a modelos educacionais mais inclusivos, nos quais o papel da tutoria emerge como um mecanismo articulador entre políticas institucionais e experiências individuais. A relevância do tema reside na urgência de consolidar práticas institucionais que garantam não apenas o ingresso, mas a efetiva inclusão e permanência de estudantes com deficiência na universidade. A evasão ainda é uma realidade preocupante entre esses estudantes, muitas vezes motivada não pela deficiência em si, mas pela falta de apoio, compreensão e adaptações razoáveis no ambiente acadêmico (GONÇALVES, MONTEIRO, 2020). Nesse sentido, a tutoria se destaca como um recurso acessível e humanizador, capaz de fortalecer vínculos, promover autonomia e estimular o sentimento de pertencimento à comunidade universitária.

A acessibilidade atitudinal, corrobora ainda mais nesse sentido, atuando como a base sobre a qual as demais formas de acessibilidade (física, comunicacional, metodológica, entre outras) devem se apoiar. Para Sasaki (2005), a atitude das pessoas é, muitas vezes, a barreira mais difícil de ser transposta — e, ao mesmo tempo, a mais transformadora quando superada. Vivenciar tutorias com estudantes com deficiência permite a construção de um espaço relacional em que as diferenças são respeitadas e valorizadas, onde a escuta ativa, o diálogo e a cooperação funcionam como pilares de uma educação verdadeiramente inclusiva. Na-se possível perceber que a experiência de inclusão é construída no encontro, na escuta ativa, no respeito às singularidades e na disposição de aprender com o outro.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

As principais atividades propostas e executadas durante a tutoria foram:

- **Revisão de conteúdo acadêmico:** Os encontros incluíam a retomada dos principais conteúdos ministrados nas disciplinas do curso, com foco nas dificuldades relatadas pelos estudantes. A linguagem era adaptada conforme as necessidades cognitivas e sensoriais de cada aluno, garantindo uma mediação eficaz da aprendizagem.
- **Elaboração de mapas de estudo:** Em conjunto com o estudante, era organizado um planejamento de estudos, com a criação de mapas mentais, cronogramas e listas de prioridades para avaliação e organização do tempo. Essa prática tinha como objetivo promover maior autonomia do estudante.
- **Leitura de provas e textos acadêmicos:** Em casos de estudantes com deficiência visual ou dificuldades de leitura, era oportunizado a atuação da tutora como leitora, realizando a leitura de provas, textos e outros materiais, respeitando a velocidade, a entonação e as pausas necessárias para uma compreensão adequada.
- **Escuta ativa e mediação empática:** Um aspecto central da tutoria foi o trabalho com a escuta ativa, respeitosa e acolhedora, muitas vezes atuando como espaço de desabafo e apoio emocional. Em diversas

situações, os tutores também exerceram papel de “mediadores de conflitos”, em questões pessoais ou sociais que impactam diretamente o rendimento e a permanência dos estudantes.

O processo de tutorias desenvolveu-se em diferentes etapas articuladas: nos primeiros encontros, realizou-se uma escuta inicial voltada à identificação das barreiras enfrentadas pelos estudantes, das disciplinas que apresentavam maior dificuldade e das demandas específicas relacionadas à deficiência. A partir dessa análise, foi elaborado um plano de ação personalizado, respeitando o ritmo e a realidade de cada aluno. Os encontros aconteceram semanalmente, de forma presencial, possibilitando a avaliação constante dos avanços, das dificuldades e dos ajustes necessários nas estratégias de acompanhamento. Esse acompanhamento contínuo e flexível permitiu que a tutoria se adaptasse às transformações do percurso acadêmico do estudante, promovendo intervenções mais eficazes e responsivas. Todo o processo foi registrado em relatórios semanais, garantindo a avaliação contínua dos resultados e fornecendo subsídios qualificados à equipe da COACE.

A metodologia adotada foi qualitativa e relato de experiência, com base em um estudo de caso, uma vez que se buscou compreender de maneira aprofundada a realidade de cada estudante. A prática foi embasada em princípios da educação inclusiva (MANTOAN, 2003), na abordagem da mediação pedagógica (VYGOTSKY, 1998), e nos fundamentos da acessibilidade atitudinal (SASSAKI, 2005), que orientam a construção de ambientes educacionais mais humanos e capazes de acolher e valorizar as diferenças.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As tutorias acadêmicas para estudantes com deficiência no ensino superior mostraram impactos positivos tanto para os alunos quanto para os tutores. Os encontros semanais criaram um espaço acolhedor que fortaleceu o aprendizado, a autonomia e o senso de pertencimento, além de reduzir barreiras atitudinais por meio da escuta ativa e da empatia. Para os tutores, a experiência promoveu crescimento pessoal e profissional, desenvolvendo uma postura mais crítica e inclusiva.

Contudo, persistem desafios como a falta de preparo institucional, materiais acessíveis insuficientes e resistência docente, indicando a necessidade de políticas mais robustas e formação continuada. A tutoria se revelou essencial para a permanência estudantil e deve ser ampliada e integrada a outros setores de apoio. Recomenda-se, ainda, o investimento em estratégias intersetoriais que envolvam docentes, técnicos e gestores, de forma a consolidar uma rede de apoio mais articulada e eficaz. Futuras pesquisas devem analisar diferentes modelos de tutoria, seus impactos de longo prazo e programas para a formação dos tutores. Conclui-se que a verdadeira inclusão não se limita à presença física do estudante com deficiência nas salas de aula, mas se concretiza nas relações estabelecidas, nos vínculos construídos e no reconhecimento legítimo das suas potencialidades. A inclusão depende menos de recursos materiais e mais de relações humanas baseadas em acolhimento e respeito.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Rosendo Freitas de; SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. **A Educação para a cidadania como instrumento transformador da sociedade brasileira.** REVISTA DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (UNIFAFIBE), vol. 9, n. 1, p. 647- 670, 2021. ISSN: 2318-5732. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

GONÇALVES, Roberta Duarte; MONTEIRO, Débora do Amaral. **A Democratização do Ensino Superior e os Desafios do Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência na Licenciatura em Educação do Campo.** Linguagens, Educação e Sociedade - LES, [S. I.], n. 44, p. 70–89, 2020. DOI: 10.26694/les.v0i44.9724. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1064> . Acesso em: 25 ago. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** o paradigma do século 21. Revista Inclusão: Revista da Educação Especial. ano I, n.1, p.19-23, out., 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2025.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente.** 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.